

ARTIGOS

MUDANÇAS NOS PAPÉIS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE*

Helen I.Safa**

A autora examina as mudanças recentes nos papéis de gênero ocorridas na América Latina e no Caribe, relacionando-as com a crise econômica dos anos 80, que atingiu severamente a região. Três aspectos principais são enfocados: (i) a crescente participação feminina na força de trabalho; (ii) o impacto deste fenômeno sobre a estrutura familiar (crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres e do peso da contribuição destas para a economia doméstica); (iii) a crescente participação feminina nos movimentos sociais.

Na América Latina e no Caribe, pesquisas recentes sobre papéis de gênero desmistificam a imagem da mulher passiva e dependente criada pelos estereótipos populares e absorvida originalmente pela literatura das ciências sociais. As mulheres latino-americanas e caribenhas estão saindo do isolamento do lar e se tornando, cada vez mais, importantes protagonistas na esfera pública. Estão aumentando sua participação na força de trabalho e assumindo, em suas famílias, maiores responsabilidades econômicas. Sua presença tem também ajudado a

Este artigo é uma versão ampliada e revista de uma comunicação originalmente entregue ao Encontro da LASA- Latin American Studies Association de 1988, num painel em homenagem ao Dr. Charles Wagley, agraciado com o Prêmio Kalman Sivert daquele ano, por sua notável contribuição para os estudos sobre a América Latina. Ao Dr. Wagley, meu professor e amigo fraterno, dedico este artigo. Professora do Departamento de Antropologia e Pesquisadora do Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade da Florida, Gainesville.

Caderno CRH, n. 16, p. 7-30, Jan/jun, 1992.

alterar as instituições, estatais ou não, tornando-as mais receptivas às necessidades femininas.

Em parte, as mudanças nos papéis de gênero podem ser explicadas pelas transformações sócio-econômicas ocorridas na América Latina e Caribe no pós-guerra. Com variações de país a país, a região passou, entre 1950 e 1980, por um considerável desenvolvimento econômico, que quintuplicou o produto total e dobrou o produto **per capita**. A indústria se expandiu e se diversificou, a produção manufatureira setuplicou entre 1950 e 1987, o setor terciário cresceu a uma taxa ainda maior, enquanto o emprego agrícola declinava. A população total mais que dobrou entre 1950 e 1980, fenômeno que ocorreu **pari passu** a uma grande migração para as áreas urbanas, cuja proporção aumentou de 40,9% para 63,3% no mesmo período. O crescimento urbano, principalmente das grandes cidades, deveu-se particularmente à migração (interna) de mulheres e jovens adultos, o que contribuiu para um acentuado declínio da fecundidade, bem como da mortalidade, inclusive infantil. Como resultado, a expectativa de vida cresceu, chegando a mais de 60 anos em muitos países, o que significou uma maior percentagem de velhos, especialmente mulheres. O tamanho da família diminuiu, particularmente após 1960, e a percentagem dos domicílios chefiados por mulheres cresceu cerca de 20%. Os níveis educacionais e as taxas de emprego aumentaram globalmente, mas de modo mais acelerado para as mulheres (ECLAC, 1988b: 1-3; ECLAC, 1988a: 7-9).

Mas, apesar dos benefícios auferidos pelas mulheres em termos de queda da fecundidade, do menor tamanho das famílias, de melhores níveis educacionais e de uma maior participação na força de trabalho, elas continuaram a sofrer os efeitos da pobreza e da concentração da renda, que variam substancialmente de um país a outro. Indubitavelmente, a despeito de um acentuado crescimento na renda média entre 1965 e 1975, de um modo geral, os ricos se beneficiaram mais do desenvolvimento econômico que os pobres, cuja percentagem permanecia em torno dos 40% em 1970. O aumento da pobreza nas áreas urbanas, entre 1970 e 1980, é largamente explicado pela incapacidade das cidades absorverem grandes quantidades de força de trabalho, o que, em vários países, significou a persistência de altas taxas de desemprego e subemprego. Apesar de uma maior presença estatal, os esforços no sentido de uma melhor distribuição de renda foram limitados (ECLAC, 1988a: 9-10).

Nos anos oitenta, a crise econômica que atingiu severamente a América Latina e o Caribe ameaçou reverter o progresso das três décadas anteriores, detendo as tímidas tentativas de distribuição de renda. A crise regional foi provocada pela alta dos preços das importações, particularmente do petróleo; pelo declínio tanto na quantidade como nos preços das importações, especialmente produtos agrícolas e

minerais, tais como bauxita e níquel; bem como pela acentuada alta das taxas de juros da dívida externa, que totalizava US\$ 410 bilhões em 1987 (ECLAC, 1988a: 11). A população pobre cresceu durante a crise como resultado da rápida diminuição do PIB; do desemprego, que aumentou 48% entre 1980 e 1985; e do declínio no salário real entre 12% e 18% no mesmo período (ECLAC, 1988b: 16). Em desespero, muitos países foram forçados a implementar programas de ajustamento estrutural planejados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) com o intuito de cortar gastos governamentais, melhorar a balança comercial e reduzir a dívida externa. Essas políticas resultaram, muitas vezes, em piores condições de vida para os pobres pois significaram desvalorização da moeda, aceleração da inflação e do custo de vida, eliminação dos subsídios para alimentos básicos e para a agricultura, cortes nos gastos governamentais, particularmente nos serviços sociais e congelamento dos salários reais (UNICEF, 1986: 27). A filosofia subjacente às políticas de ajustamento estrutural é transferir do estado para os indivíduos e famílias toda a responsabilidade pela sua sobrevivência, forçando-os a incorporar maiores custos à medida que se reduz o escopo das políticas redistributivas.

A crise econômica tem sido particularmente severa com as mulheres e ameaça suas conquistas recentes. Muitos analistas concordam que as mulheres (ao lado das crianças e dos idosos) constituem um grupo muito vulnerável, como mostraremos adiante, dada a distribuição ocupacional mais limitada e menor acesso aos recursos (e.g. UNICEF, 1987; ECLAC, 1988a). Ao mesmo tempo, a crise está aumentando a importância e a visibilidade da contribuição feminina para o sustento familiar, na medida em que mais mulheres integram a força de trabalho e que a renda dos homens tem diminuído. A maior importância econômica das mulheres e o aumento dos domicílios chefiados por elas estão enfraquecendo a imagem tradicional dos homens como principais provedores dos lares da América Latina e Caribe.

Este texto examinará as causas e as conseqüências dessas mudanças sobre os papéis de gênero na América Latina e Caribe. Três áreas principais serão enfocadas: 1) a crescente participação feminina na força de trabalho, decorrente da urbanização e da industrialização; 2) o impacto dessas mudanças sobre a estrutura familiar, principalmente o crescimento dos domicílios chefiados por mulheres e a maior contribuição dessas para a economia doméstica; e 3) a crescente participação feminina em movimentos sociais, reivindicando o provimento de serviços básicos, o reconhecimento dos direitos humanos, etc, que tem ampliado a atuação política da mulher latino-americana. Considerável importância será dada ao impacto da crise econômica sobre essas três áreas.

1. MAIOR PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

O trabalho remunerado, ainda que seus efeitos sobre o **status** feminino sejam motivo de discussão, parece ser um passo essencial para quebrar o isolamento doméstico das mulheres, aumentando sua presença na arena política e a sua consciência de problemas públicos. Todavia, como na maioria dos países latino-americanos, as mulheres apenas recentemente ingressaram no mercado formal de trabalho, elas tendem a ser vistas como trabalhadores secundários, recebendo, portanto, salários menores que os homens, considerados os principais provedores. Mesmo no Caribe anglofone, onde as taxas de participação feminina são altas e históricas, é grande o número de mulheres relegadas a um pequeno leque de empregos de baixa remuneração. Esses fatos sugerem que há obstáculos tanto ideológicos quanto estruturais para a igualdade das mulheres nos locais de trabalho.

Todavia, a força de trabalho feminina triplicou na América Latina entre 1950 e 1980. Enquanto a taxa geral de participação passou de 18% para mais de 26% no período (ECLAC, 1988a: 15), as taxas femininas cresceram mais rapidamente que as masculinas em todos os grupos de idade, ainda que as solteiras entre 20 e 29 anos continuassem a ser as mais ativas (ECLAC, 1988a: 5-7). Isso indica que muitas mulheres não estão se retirando da força de trabalho quando se casam e têm filhos, provavelmente premidas pela necessidade, mas também por conta, particularmente entre a classe média, de um maior investimento em educação. Assim, por exemplo, o número de mulheres com escolaridade superior aumentou de 35% para 45% entre 1970 e 1985 (*idem*: 3).

Níveis superiores de escolaridade contribuíram decisivamente para a maior participação das mulheres na força de trabalho, posto que capacitaram-nas ao exercício de um número maior de ocupações. O nível de escolaridade feminina cresceu a taxas mais rápidas que o dos homens, durante a enorme expansão da educação primária e secundária entre 1950 e 1970, quando então o crescimento se tornou mais lento. Todavia, o aumento da escolaridade tem sido acompanhado por uma desvalorização da educação, requerendo níveis continuamente mais altos de escolaridade para o mesmo emprego (ECLAC, 1988b: 3-4). O avanço da urbanização e dos níveis de escolaridade contribuíram para o declínio da fecundidade em quase todos os países da região, outro fator decisivo para o aumento da participação feminina. No período de 1980-1985, apenas três países latino-americanos possuíam taxas de fecundidade acima de seis crianças por mulher, enquanto oito possuíam taxas de menos de quatro crianças por mulher (*idem*: 2).

Entre 1960 e 1980, mulheres com nível secundário ou superior de educação foram crescentemente absorvidas em trabalhos de escritório,

como profissionais ou técnicas, particularmente nos países mais desenvolvidos da região. Essas mulheres de classe média formam parte de um setor de serviços altamente heterogêneo (incluindo parcela do setor informal), que emprega entre 45% e 55% das mulheres em muitos países da América Latina e Caribe (ECLAC, 1988b: 10). Todavia, até essas mulheres relativamente privilegiadas enfrentam um mercado de trabalho altamente segmentado, e são encontradas principalmente em ocupações "femininas", tais como trabalhadoras de escritório, vendedoras, professoras e enfermeiras. Por causa da segregação ocupacional, a porção feminina da renda tem diminuído desde 1970, apesar do maior nível de escolaridade das mulheres (ECLAC, 1988b: 13). De fato, de acordo com pesquisas de domicílio realizadas em 1985 em cinco áreas metropolitanas da América Latina, quanto maior o nível de escolaridade, maior a diferença da renda entre homens e mulheres (idem: 25). Contudo, as diferenças de salários entre as mulheres, segundo o nível de escolaridade, são substanciais. Os baixos salários das mulheres refletem o preconceito comum de que seus salários são apenas um suplemento da renda familiar, e portanto, não precisam ser adequados ao sustento de seus dependentes.

As limitadas oportunidades de emprego feminino na área rural ajudam a explicar a predominância de mulheres na migração interna entre 1940 e 1970. Muitas migrantes são jovens, solteiras entre 10 e 24 anos de idade, freqüentemente filhas mais velhas de uma família extensa, enviadas à cidade para trabalhar como empregadas domésticas (ECLAC, 1988c: 17). Arizpe (1982) documentou o processo de migração por etapas através do qual o pai emigrante é substituído gradualmente por seus filhos e filhas, segundo a ordem de idade, e de como suas remessas contribuem para a viabilidade de uma economia camponesa empobrecida. A emigração é nutrida tanto pela estagnação da agricultura e pela pressão populacional, quanto pela expulsão de camponeses e posseiros provocada pela introdução dos métodos capitalistas de produção na agricultura. As mulheres que permanecem na área rural continuam como "membros da família não-remunerados" em fazendas camponesas ou migram para novas áreas de colonização, ou ainda se alistam como trabalhadoras agrícolas sazonais. É crescente a importância das mulheres como diaristas, tanto em culturas tradicionais, como a do café, quanto em novas culturas de exportação, como a de flores, vegetais ou frutas. Em ambos os casos, a "vantagem comparativa da desvantagem das mulheres", tal como Arizpe (1981) caracterizou em estudo acerca da indústria de morangos no México, é o fato delas fazerem jus a menores salários, trabalharem mais duro e serem menos organizadas que os homens. O estudo etno-histórico de Stolcke (1988) sobre os "volantes" ou diaristas empregados nas plantações de café próximas a São Paulo demonstra que isso se deve em parte às maiores

alternativas abertas aos homens e à crescente necessidade das mulheres se assalariarem para ajudar a manter a família.

A migração interna continua, ainda que a uma taxa menor, mas há algumas indicações de que possa estar declinando por conta da crise e das altas taxas de desemprego urbano (ECLAC, 1988c: 18). Muitas mulheres do campo com nível de escolaridade mais baixo continuam a obter emprego como domésticas, para o qual a demanda é sempre alta, devido ao crescente número de mulheres de classe média que trabalha fora de casa. O trabalho doméstico é ainda a ocupação feminina mais importante na América Latina, embora a sua proporção tenha caído marcadamente, declinando de mais de 37% da população feminina economicamente ativa em alguns países em 1960, para um máximo de 22,9% em 1980 (ECLAC, 1988c: 22). O trabalho doméstico tem se modernizado nos países mais desenvolvidos da região, alterando-se a condição de empregadas residentes para não-residentes, o que faz com que muitas dessas trabalhem para várias empregadoras. A proteção da seguridade social cresceu, como resultado da assistência legal e da auto-organização, havendo alguma regulamentação das horas trabalhadas, folgas e férias remuneradas. Em uns poucos países, as empregadas domésticas formaram associações nacionais, que tiveram sua primeira conferência internacional em 1988. Todavia, embora muitas empregadas domésticas possam não ter mais o tratamento depreciativo de "muchachas" (muchachas no more) - título de um recente volume editado sobre domésticas por Chaney e Castro (1989) - elas ainda são as trabalhadoras urbanas mais exploradas da região.

O serviço doméstico é freqüentemente o primeiro emprego que as mulheres do campo conseguem na cidade, mas como têm crianças e não podem permanecer na casa de suas empregadoras, elas deslocam-se para outras atividades, tais como o comércio ambulante (Bunster e Chaney, 1985). Algumas vendedoras ambulantes são rurícolas que transportam e vendem produtos entre a cidade e o campo e, no México e nos Andes, podem ser mulheres indígenas que mantêm uma identidade étnica distinta, falam línguas nativas e vendem sua própria produção ou artesanato (Arizpe, 1975). Todavia, muitas ambulantes vivem já na cidade e vendem itens como comida, flores e cigarros. No Caribe, algumas **higglers**, mercadoras da Jamaica ou Haiti, viajam até Miami e de ilha em ilha, comprando e vendendo alimentos, roupas ou outros bens de consumo, chegando a ser bastante prósperas (ECLAC, 1988d). A prostituição também tem sido internacionalizada, com fluxos dentro do Caribe, para a Europa e Estados Unidos e, assim como o serviço doméstico, parece crescer com a crise econômica.

O trabalho doméstico e o comércio ambulante são ocupações tradicionalmente informais, caracterizadas pela falta de proteção, salários baixíssimos, ausência de seguridade social e outros benefícios.

Muitos dos trabalhadores do setor informal são semi-empregados, mas alguns são aquilo que Portes (1983) chamou "assalariados disfarçados". Num esforço para cortar custos sociais e evitar sindicatos ou legislações trabalhistas, os empresários estão crescentemente subcontratando parte de seu processo produtivo a trabalhadores a domicílio sem direito a qualquer benefício. Muitos desses são mulheres casadas, obrigadas a trabalhar em casa para cuidar das crianças ou proibidas pelos maridos de trabalhar fora. Tal forma de contratação dá uma grande flexibilidade à jornada de trabalho dessas mulheres, mas também aos empregadores, que podem escalar o volume de trabalho segundo as flutuações do mercado. Assim, não há estabilidade de emprego e aqueles remunerados "por produção" recebem geralmente bastante abaixo do salário mínimo, como demonstrou um recente estudo de trabalhadores a domicílio na Cidade do México (Beneria e Roldan, 1987). Mesmo indústrias de serviços, tais como as de processamento de dados, estão adotando a subcontratação como um meio de cortar custos sociais e alcançar competitividade internacional.

O aumento do setor informal pode também refletir uma política estatal que, com apoio internacional, tem encorajado a proliferação de microempresas na América Latina e Caribe. Por causa de sua grande competitividade internacional, o setor informal está recebendo maior apoio tanto do setor público quanto do privado, em termos de crédito, acesso a matéria-primas e comércio exterior, e outros privilégios anteriormente reservados exclusivamente ao setor formal. Esquemas de geração de renda para mulheres tanto no campo quanto nas áreas urbanas são um mecanismo seguro para o estabelecimento dessas microempresas, e podem simplesmente vir a ser outra maneira de diminuir os custos do trabalho. Tais esquemas são geralmente deslanchados por pequenas doações externas e, embora as mulheres envolvidas em cada projeto sejam poucas, o número desses projetos é muito grande. Por exemplo, no Chile, em 1984, 700 empresas "de base" foram registradas para ambos os sexos, envolvendo aproximadamente 100.000 mulheres apenas em Santiago e San Antônio (ECLAC, 1988c: 29). Como no caso do trabalho domiciliar industrial, a produção das microempresas, que inclui produtos agrícolas, roupas, sapatos e outros itens de consumo, é freqüentemente comercializada por corporações multinacionais (Safa, 1987). As microempresas podem prover algum treinamento em técnicas produtivas, **marketing** e outras habilidades organizacionais, mas favorecem também a dependência em relação a agências externas, que muitas vezes controlam o processo de tomada de decisões. Assim, por exemplo, como um resultado da crise econômica, o programa de créditos da ADEMI (Associação para o Desenvolvimento de Microempresas), na República Dominicana, suspendeu empréstimos a grupos de solidariedade compostos primariamente por

mulheres pobres em favor de firmas maiores e mais estáveis (Blumberg, 1985).

Antes da crise, a porcentagem de trabalhadoras em fábricas havia se expandido somente no Brasil e particularmente em São Paulo, onde o espetacular **boom** industrial dos anos 70 levou a um incremento de 181% na participação feminina na manufatura entre 1970 e 1980 (Murphy, 1987). Contudo, o crescimento das exportações expandiu o emprego industrial feminino em outros países da América Latina e do Caribe, principalmente depois da crise econômica. As agências internacionais têm favorecido a produção para exportação como uma forma de aliviar o desemprego e de obter as divisas ansiosamente buscadas para reequilibrar a balança de pagamentos. Tal modelo tem, em muitos países, substituído a "substituição de importação" como estratégia de desenvolvimento. O processamento para exportação é sem dúvida também do interesse dos Estados Unidos e outros países industrializados, que economizam custos ao exportar os estágios da manufatura mais intensivos em trabalho para países de baixos salários, e pagam impostos de pouco valor adicionado na re-importação dos produtos já processados para os Estados Unidos. Para os Estados Unidos a zona mais importante de processamento para exportação é o norte do México, através do Programa de Industrialização da Fronteira, iniciado em 1960, que tem crescido rapidamente nos anos recentes e tinha, até 1985, 700 fábricas instaladas e 200.000 empregos criados (ECLAC, 1988:24). O processamento para exportação tem sido mais importante, em termos do total de exportações, nos pequenos países do Caribe, os quais são tradicionalmente dependentes do comércio exterior, em função de suas limitações de recursos e da estreiteza do seu mercado interno. Mas tem sido também estimulado pela Caribbean Basin Initiative, criada em 1983 pelo presidente Reagan para permitir que, por um período de 20 anos, alguns produtos caribenhos penetrem o mercado americano. No Caribe, a maior vitalidade desse modelo tem se dado na República Dominicana, onde o número de trabalhadores mais que duplicou - de 20.242 em 1983 para 51.231 em 1987. Mais de 80% destes trabalhadores na manufatura de exportação eram mulheres, que representavam, em 1983, 40,6% da PEA industrial, excluindo o açúcar (Duarte, 1988:11).

As empresas de processamento para exportação têm preferido empregar mulheres porque, assim como os diaristas da agricultura, elas são uma mão-de-obra mais barata, menos organizada coletivamente e mais resistente ao trabalho tedioso e monótono da linha de montagem, principalmente na confecção de roupas e nos eletrônicos. As reduções salariais resultantes da desvalorização cambial tornaram mais atrativos os investimentos nas indústrias de exportação no México, República Dominicana e outras áreas. Ademais, como resultado da crise, entre

1981 e 1984 houve uma redução média de 17% nos salários reais da indústria dominicana, em que pese o aumento do salário mínimo. Com base na taxa de câmbio prevalecente em agosto de 1986, a média dos salários na indústria exportadora foi de aproximadamente US\$ 90 mensais (Joeques, 1987: 55). Embora não sejam oficialmente proscritos, não se encontram sindicatos nas indústrias de exportação dominicanas, sendo despedidos e colocados em lista negra os trabalhadores que participam em alguma organização coletiva. Os trabalhadores se queixam da falta de transporte público, auxílio-alimentação, serviço médico adequado ou creches nas zonas de livre comércio onde estas indústrias estão localizadas. Os trabalhadores acidentados recebem um pequeno auxílio do Estado e a maioria das mulheres, quando não pode mais suportar a pressão das altas quotas de produção, da disciplina severa e das longas jornadas, é despedida sem nenhuma compensação. Como resultado, a rotatividade do trabalho é alta e os gerentes das fábricas têm demonstrado preferência por mulheres com filhos, porque essas necessitam mais do trabalho, o que assegura um maior comprometimento com o emprego (idem: 59). Num levantamento feito em 1981 entre mulheres trabalhadoras nas três principais zonas de livre comércio da República Dominicana observou-se que mais da metade eram casadas e 1/4 chefiavam famílias, em muitas das quais eram as principais provedoras. (Ricourt, 1986: 49). Esses dados se afastam do padrão geral de emprego de jovens mulheres solteiras nas indústrias de exportação (Safa, 1981).

Na República Dominicana e na maioria dos países da América Latina e do Caribe, as taxas de participação da força de trabalho feminina continuaram aumentando durante a crise em função tanto da necessidade dessas mulheres conseguirem uma renda adicional, quanto do incremento na demanda por trabalho em áreas tais como as indústrias de exportação. A renda familiar caiu por causa do aumento do desemprego, subemprego e do declínio nos salários reais. Nas cinco maiores cidades pesquisadas em 1985, a taxa de desemprego feminino era geralmente mais alta que a dos homens e a renda era sempre menor, mesmo mantidos constantes o nível educacional e a categoria ocupacional, demonstrando as desvantagens da posição das mulheres no mercado de trabalho (ECLAC, 1988: 19-29). As mais altas taxas de desemprego estão entre as jovens com menos de 20 anos de idade, que são justamente as que estão tentando entrar no mercado de trabalho. Entre as mulheres jovens jamaicanas, as taxas de desemprego em 1985 aproximaram-se de 80%, mas incluem muitas mulheres que nunca estiveram empregadas. Na Jamaica, em 1985, a média dos rendimentos semanais para os homens ficou em US\$ 86,9 contra os US\$ 68,3 para as mulheres, enquanto o desemprego feminino chegou a 36,6%, duas vezes maior que o dos homens, refletindo a contínua absorção de

homens na agricultura de pequeno porte. Taxas altas de desemprego para mulheres são sempre mais críticas na Jamaica em função da alta percentagem de chefes-de-família do sexo feminino que, em 1985, representavam 35% do total de grupos domésticos jamaicanos e 45% na área metropolitana de Kingston. A despeito da alta taxa de participação, 72,6% das chefes femininas na área metropolitana de Kingston, em 1984, obtiveram um rendimento mensal abaixo de US\$ 400, ou o equivalente a US\$ 18 por semana, níveis comparáveis a apenas 40% de chefes-de-família masculinos (Daves, Anderson, 1987).

Não obstante constituírem o segmento mais vulnerável da força de trabalho, as mulheres continuam procurando empregos por causa da queda do rendimento familiar e do aumento do custo de vida. Por exemplo, o custo de vida na área metropolitana de Kingston cresceu 68,8% de 1983 até 1985, quase duas vezes o total do período anterior de três anos (idem: tabela 10). Buscando sobreviver, as mulheres têm adotado uma variedade de estratégias para adicionar rendimentos e cortar despesas. Aquelas que não podem encontrar empregos no setor formal, entram no setor informal que é geralmente mais instável e paga menos. Na República Dominicana, por exemplo, empregos no setor informal pagam em média 60% menos que aqueles do setor moderno, e mulheres ganham sempre menos, com 70% delas ficando abaixo do limite de pobreza (PREALC, 1983:5). Para cortar despesas, os grupos domésticos estão se agregando, incrementando o número de famílias extensas, que na República Dominicana são maiores nas cidades que nos campos, indo de encontro à maioria das predições demográficas (Duarte, 1988:19). Isto parece estar acontecendo em muitos países da região, revertendo a tendência em direção a grupos domésticos menores, detectada antes da crise. Em Guadalajara, México, entre 1982 e 1985, o aumento do tamanho médio das famílias operárias resultou num incremento do número médio de trabalhadores por grupo doméstico, especialmente entre as mulheres adultas, a maioria das quais trabalhando no setor informal (Gonzales de la Rocha, 1988: 211-216). Até aqui, isto tem permitido a manutenção relativamente estável do padrão de consumo destes grupos domésticos. Entretanto, em muitos países, a situação de nutrição e saúde dos setores mais pobres tem se deteriorado (UNICEF, 1987).

Os governos têm feito pouco para ajudar os pobres a enfrentar o aumento do custo de vida, embora existam programas de auxílio alimentar em alguns países. Ao contrário, a participação dos gastos sociais nos orçamentos caiu na maioria dos países entre 1980 e 1985 (ECLAC, 1988a: 12). Na Jamaica, as despesas reais com serviços tais como educação, saúde e seguridade social caíram 44% de 1981 a 1986 (Boyd, 1988:145), enquanto que na República Dominicana, onde as despesas **per capita** em educação e saúde eram menores que na Jamaica de antes

da crise, elas diminuíram mais ainda (Musgrove, 1987: 427). A deterioração dos serviços educacionais em todos os países é demonstrada primeiramente pelo declínio das matrículas na escola primária e pelo acirramento da falta de professores. O fechamento de hospitais públicos, a carência de pessoal médico, remédios e equipamentos e o crescimento dos custos dos serviços de saúde têm contribuído para um aumento agudo nas taxas de mortalidade infantil em alguns países da América Latina (UNICEF, 1989). Estes cortes nos serviços governamentais induzem as mulheres a se oferecerem mais no mercado de trabalho a fim de compensarem o aumento do custo de vida. Estes cortes também refletem a redução de políticas estatais voltadas para a redistribuição de renda, resultante não somente da crise mas do enfraquecimento do sindicalismo na região.

Poderia ser argüido que a incorporação de mulheres ao mercado de trabalho na América Latina e no Caribe ajuda a enfraquecer ainda mais o poder dos sindicatos, já abalado pela crise econômica e pelo crescimento do setor informal. Sem dúvida, as mulheres constituem uma reserva barata de mão-de-obra com dificuldades de organização, desde que muitas trabalham na economia informal ou em áreas de agricultura sazonal, ou nas indústrias de exportação onde os sindicatos são proibidos ou politicamente controlados. No entanto, os sindicatos têm também negligenciado as mulheres, tratando-as como trabalhadoras secundárias. De forma idêntica, têm preterido os trabalhadores masculinos ocasionais em favor dos homens que trabalham em indústrias pesadas, tais como a construção naval, o petróleo, as minas e a automobilística. Entretanto, as mulheres trabalhadoras estão começando também a militar politicamente, como ilustram as greves e outras formas de protestos trabalhistas entre as trabalhadoras nas indústrias de exportação no México, Jamaica e na República Dominicana. Com base em estudos recentes realizados entre essas mulheres, eu diria que o seu fraco poder de barganha no local de trabalho deve-se menos a elas próprias que à ausência de apoio dos sindicatos e dos partidos políticos. Até o momento, essas trabalhadoras não encontraram veículos adequados para expressar suas reivindicações ou para transformar sua percepção da exploração (que é bastante real) em solidariedade de classe. Até que a elas seja dada a mesma legitimidade concedida aos homens, as mulheres serão tratadas como um manancial de trabalho barato.

2. FAMÍLIA E ECONOMIA DOMÉSTICA

Como resultado de uma maior inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, as mulheres estão mais que nunca assumindo responsabilidades econômicas em suas famílias, enquanto o

papel do homem como mantenedor principal está se enfraquecendo. No lugar do antigo patriarcado, um padrão mais igualitário emerge, no qual mulheres e homens dividem responsabilidades no grupo doméstico, partilhando decisões, tarefas e encargos domésticos. A extensão da mudança depende de muitos fatores, mas um fator chave é a contribuição feminina para a economia do grupo doméstico.

Em nossos estudos comparativos sobre as trabalhadoras nas indústrias de exportação no Caribe, onde as mulheres são decisivas para a economia familiar, constatamos como elas utilizam seus salários e a crescente dependência da família em relação a elas, para barganhar maior autoridade e responsabilidade dentro do grupo doméstico (Safa, 1989). As mudanças são mais marcadas em Porto Rico que na República Dominicana, porque, no primeiro, o processo de industrialização foi inicialmente mais intensivo em trabalho e o crescimento de empregos no terciário permitiu um maior acesso às mulheres da classe trabalhadora. De fato, em Porto Rico, as taxas de desemprego são mais altas para homens que para mulheres, e as taxas de participação masculina têm declinado, enquanto as femininas têm crescido regularmente. Em nenhum caso, em nossa amostra, o ordenado da mulher representa menos que 40% da renda doméstica, sendo ainda maior no caso de mulheres casadas e chefes de famílias, que constituem a maioria de nossas entrevistadas (Safa, 1985). Os homens não mais se sentem ameaçados pelas esposas que trabalham, porque reconhecem que a família não pode sobreviver apenas com o seu salário. Pela mesma razão, é maior agora o número de mulheres que continua empregada, mesmo quando casadas e com crianças pequenas, ainda que isto represente um fardo muito pesado.

Como no resto da América Latina, o crescente emprego de mulheres casadas em Porto Rico e na República Dominicana não provocou nenhum crescimento apreciável na participação masculina em tarefas domésticas, posto que, tipicamente, as mulheres com famílias enfrentam uma dupla jornada de trabalho. Entretanto, as mulheres casadas de Porto Rico, em nossa amostra, partilham agora mais decisões com seus maridos e têm maior controle sobre o orçamento e muitas sustentam agora que são também chefes-de-família. Em contraste, no lar dominicano, o papel do homem como mantenedor está ainda intacto e 80% das mulheres casadas entrevistadas consideram-no o chefe-da-família (Safa, 1989). Embora mais mulheres dominicanas concordem que seus salários são essenciais para a sobrevivência familiar, a dependência ideológica do provedor masculino é forte. As mulheres dominicanas, nesta amostra, são geralmente jovens, com crianças pequenas para sustentar, e têm menos alternativas de renda que as mulheres porto-riquenhas. Em Porto Rico, a mulher trabalhadora tem direito a seguro desemprego e as chefes-de-família desempregadas com crianças pe-

quenas estão cobertas pela seguridade social, enquanto na República Dominicana não existe nada semelhante. Em ambos os casos, entretanto, as mulheres chefes-de-família são as mais pobres da amostra, porque dependem primariamente do salário da indústria de exportação, que é muito baixo.

O fracasso dos homens em cumprir seu papel de provedor contribuiu para o aumento do número de mulheres chefes-de-família em ambos os países e na América Latina e Caribe em geral, durante a década passada. Ou os homens abandonam o lar porque se sentem incapazes de sustentar a família ou suas esposas os mandam embora. Dados parciais de 1982 mostram que a percentagem de mulheres chefes-de-família flutua entre 18% e 23% na América latina e 24% e 46% no Caribe (ECLAC, 1988a: 15). Diferenças históricas e culturais entre países ajudam a dar conta destas variações, pois existe uma longa tradição de mulheres economicamente autônomas no Caribe anglofone. Mas, em toda a região, é crescente a importância de fatores sócio-econômicos na transformação da mulher em chefe-de-família, tais como o desemprego masculino, a migração, a urbanização e a recente crise econômica. Os lares chefiados por mulheres caem constantemente na categoria de mais baixa renda, apesar de ser mais comum encontrar estas mulheres empregadas que as casadas ou solteiras. Sua baixa renda reflete a desvantagem feminina no mercado de trabalho e o fato de que as mulheres chefes-de-família, devido à ausência do parceiro masculino, freqüentemente têm menos pessoas da família trabalhando. Mulheres chefes-de-família tentam enfrentar estes problemas incorporando outros adultos tais como irmãos ou primas, seja para somar salários adicionais, seja para cuidar das crianças e liberá-las para o trabalho remunerado. A pobreza é particularmente aguda entre mulheres jovens com crianças pequenas, cujo percentual cresce em virtude dos altos níveis de gravidez na adolescência na região (idem: 26). Muitas destas mães adolescentes continuam vivendo na casa dos pais.

As mulheres em lares pobres na América Latina e Caribe têm buscado comumente aumentar a renda familiar seja através da produção caseira de bens para auto-consumo, ao invés de comprá-los no mercado, seja através do acréscimo de pessoas assalariadas, seja pelo desenvolvimento de redes de ajuda mútua entre membros da família extensa e vizinhança. Com a crise econômica, estes padrões têm sido intensificados. A carga doméstica é acrescida na medida em que bens domésticos tais como refrigeradores são vendidos e despesas em transportes ou na compra de utilidades, roupas e até alimentos são reduzidas. A UNICEF (1987) relaciona mudanças no consumo e padrão alimentar, com crescente concentração de fontes calóricas baratas, tais como arroz e batatas, e declínio no consumo de proteínas como milho ou carne. Mulheres e crianças são os membros da família provavelmente

mais afetados pelo declínio do consumo de alimentos, pois a preferência é dada aos provedores, geralmente adultos masculinos. Na República Dominicana como -na Jamaica, o nível de desnutrição entre crianças de até 4 anos de idade atingiu 41 % em 1984 e 1985 (idem: 115, Ramirez, Duarte e Gomez, 1986:12).

Uma maneira de enfrentar o aumento de custo de vida é adicionar novos assalariados à família. Isto parece explicar parcialmente a manutenção ou mesmo o crescimento das grandes famílias nas áreas urbanas da região, concomitante ao não crescimento do número de crianças e ao declínio dos níveis de fecundidade em muitos países. Entretanto, a manutenção de famílias extensas pode retardar a erosão dos padrões de autoridade patriarcal e a difusão de uma divisão do trabalho familiar mais igualitária. Nossos estudos dos trabalhadores femininos em fábricas caribenhas têm mostrado que, na família extensa, quando há muitas mulheres para dar conta de tarefas domésticas, existe uma menor pressão sobre os homens para repartir responsabilidades ou autoridade. Este parece ser o caso em Cuba, onde a escassez de moradia forçou muitas jovens famílias a juntarem-se e enfraqueceu o efeito do Código Familiar, que requer homens e mulheres partilhando os cuidados com as crianças e as tarefas familiares, assim como responsabilidades financeiras. Em nossos estudos sobre as trabalhadoras têxteis cubanas, observamos que os lares que chegaram mais próximos do ideal do Código Familiar são os que reúnem jovens casais, bem educados, vivendo distantes de seus parentes, de modo que o marido é forçado a dividir responsabilidades domésticas. Entretanto, por causa do grande investimento governamental em Saúde, Educação e outros serviços sociais e do controle do custo de vida, o adicionamento de novos assalariados não é em Cuba a base de sobrevivência familiar como em outros países da América Latina e Caribe.

Em resumo, a redefinição de papéis familiares de gênero na América Latina e Caribe depende de uma variedade de fatores, tais com o ciclo de vida, a composição familiar e a contribuição econômica do marido e da esposa, todos eles variando internamente entre países. Mesmo entre as mulheres que trabalham a domicílio para a indústria, na Cidade do México, cujos parcos ganhos são claramente suplementares aos de seus maridos, Roldem (1985) nota uma nova auto-estima e uma crescente capacidade de tomada de decisão, ainda quando o marido controle o orçamento e seja considerado o chefe-da-família. As esposas são controladas por uma "ideologia da domesticidade" que as orienta para o trabalho doméstico e as faz priorizarem os papéis de esposas a mães.

Stolcke (1984) também sublinha a importância dos papéis domésticos como fonte de identidade social entre trabalhadoras agrícolas no Brasil, o que as faz suportar melhor que os homens a difícil transição

para o trabalho assalariado. Esses se sentem freqüentemente desmoralizados pela perda de controle sobre as terras e sobre a mão-de-obra familiar que lhes cabia enquanto "colonos" ou parceiros. A autoridade masculina dos homens tem sido erodida em razão da sua dificuldade crescente em desempenhar o papel de provedor, posto que "enquanto os homens têm que, literalmente, conquistar com seus ganhos o direito ao lar, o lugar natural da mulher é a casa" (idem: 287). Entretanto, enquanto os homens têm perdido, Stolcke sente que as mulheres não ganharam em dignidade pessoal ou autonomia como resultado do assalariamento independente. Pelo contrário, as mulheres se ressentem da dupla jornada que o trabalho assalariado lhes impôs e responsabilizam os maridos por não ganharem o bastante para sustentar a família.

Não resta dúvida que houve um acréscimo da carga de trabalho das mulheres como resultado de sua crescente participação na força de trabalho e que elas estão ainda, geralmente, relegadas aos piores empregos. O crescimento do número de mulheres chefes-de-família e a extrema pobreza que muitas delas experimentam ajudam a explicar por que muitas continuam a olhar para os homens como o principal provedor econômico. A identidade social que elas retiram dos papéis de esposa e mãe é também importante para explicar a ideologia da domesticidade e a sua fixação em papéis domésticos. No entanto, os papéis de gênero no interior das famílias latino-americanas e caribenhas estão mudando, embora os avanços sejam mais notáveis em alguns países e situações que em outros. Nossos dados sobre a mulher caribenha sugerem que elas têm tido mais êxito em negociar mudanças dentro da família que ao nível dos locais de trabalho ou do Estado, onde suas necessidades ainda não adquiriram a mesma legitimidade acordada aos homens. Eu diria que, como tradicionalmente o **locus** de responsabilidade das mulheres foi a esfera privada, isso lhes deu mais poder de barganha na família que dentro da esfera pública do trabalho e da política.

3. MULHER E MOVIMENTOS SOCIAIS

A década passada testemunhou uma proliferação da participação feminina em movimentos sociais na América Latina, seja como trabalhadoras sindicalizadas, seja como donas-de-casa nos bairros periféricos, seja como mães defendendo direitos humanos contra a repressão do Estado. Movimentos sociais femininos na América Latina são geralmente vistos como uma resposta aos regimes militares e à crise econômica corrente. Mulheres organizadas para defender seus familiares contra a repressão do Estado ou contra ameaças a sua subsistência. Entretanto, estes movimentos podem ainda ser vistos numa

perspectiva de longo prazo, em que a tradicional divisão entre a esfera pública e privada na América Latina perde vigência. A Industrialização e a urbanização enfraqueceram o papel da família e reforçaram o papel do Estado. A esfera privada sempre foi considerada o domínio da mulher, mas esta foi sendo cada vez mais invadida pelas forças políticas e econômicas que ameaçaram sua viabilidade e sacralidade.

Entretanto, as mulheres latino-americanas não estão apenas defendendo o domínio privado contra a crescente intervenção estatal e do mercado. Elas estão também demandando incorporação ao Estado, para que seus direitos como cidadãs sejam plenamente reconhecidos (Jelin, 1987). Neste processo, elas estão redefinindo e alargando seus papéis domésticos, estendendo-os dos cuidados privados para o protesto coletivo e público e, neste sentido, desafiando a tradicional reclusão feminina à esfera privada da família.

Muitos fatores contribuem para a crescente participação feminina em movimentos sociais na América Latina. As mulheres têm sido bastante ativas ao nível da vizinhança, através tanto de redes informais quanto de formas de ação coletivas mais organizadas, tais como invasões de terras ou associações de bairros. Estas atividades assumiram crescente importância devido à crise econômica e aos regimes militares, e receberam o apoio de importantes grupos tais como a Igreja Católica e outras agências não-governamentais. Crescentes oportunidades educacionais e ocupacionais emprestaram voz ativa às mulheres e contribuíram para o vigor do movimento feminista na América Latina, que devota muito mais atenção aos pobres que seus similares em países avançados, como os Estados Unidos. A visibilidade dada aos assuntos ligados à subordinação feminina durante a "Década das Nações Unidas para a Igualdade das Mulheres" reforçou esses movimentos e tornou as mulheres da classe trabalhadora mais receptivas aos apelos das feministas latino-americanas e caribenhas, geralmente de classe média.

As latino-americanas têm preferido confrontar diretamente o Estado através de demandas pois sentem-se frustradas no seu trabalho junto às organizações clássicas de ação coletiva, tais como partidos políticos e sindicatos. Estas instituições têm negligenciado as mulheres e continuam considerando os homens como seus principais porta-vozes. Em São Paulo, por exemplo, durante o **boom** Industrial dos anos setenta, a participação da força de trabalho feminina cresceu dramaticamente a taxas superiores às dos homens, mas as mulheres tiveram que lutar muito para tornar os sindicatos mais receptivos às suas demandas. No caso do importante sindicato metalúrgico do ABC, comitês femininos foram formados e algumas mulheres individualmente ativas foram absorvidas na hierarquia sindical, mas o Sindicato continuou considerando as mulheres como trabalhadoras secundárias, cujas necessidades não têm a mesma prioridade que a dos homens

(Souza-Lobo, no prelo). Partidos políticos são também vistos como uma esfera masculina, em que os pobres assumem essencialmente um papel clientelista, trocando votos por favores políticos, tais como a construção de um clube de mães ou uma creche. Organizações comunitárias de mulheres freqüentemente evitam qualquer patronagem ou afiliação com partidos políticos, porque temem que estes possam enfraquecer suas identificações com o bairro ou a vizinhança. Ademais, os sindicatos e partidos políticos em países como Brasil, Argentina e Chile foram extremamente debilitados pela forte repressão governamental durante os anos de regime militar autoritário. Assim, o esforço destes regimes para redefinir os limites das ações políticas legítimas contribuiu para a politização de grupos não tradicionais tais como os femininos (Jelin, 1987).

A maioria das demandas feitas ao Estado surge das experiências e necessidades imediatas das mulheres e não questiona a divisão sexual do trabalho existente. Uma das principais demandas concerne à provisão de serviços públicos, tais como água encanada, eletricidade e transporte, de que são penosamente carentes as invasões e favelas em que muitas destas pobres mulheres vivem. O papel reprodutivo de esposa e mãe acabou por conferir às mulheres a liderança das lutas concernentes ao consumo coletivo, que inclui protestos contra o custo de vida e a formação de clubes de mães para gerenciar creches, serviços de saúde, e até mesmo a oferta de alimentos. Uma das principais e mais bem sucedidas estratégias de consumo coletivo são os "comedores populares", cozinhas comunais organizadas pelas mulheres em Lima, Santiago e outras cidades latino-americanas, com o fito de defenderem-se da crise econômica. Quinze a vinte grupos domésticos compram e preparam alimentos coletivamente numa vizinhança, e cada família paga de acordo com o número de refeições que faz. Muitos destes "comedores" foram organizados espontaneamente, enquanto outros foram organizados ou pelo menos contaram com o apoio da Igreja, do Estado, e de outras agências locais ou internacionais. A UNICEF (1987: 99) estimou recentemente em cerca de 300 o número destes "comedores" em Uma, enquanto um jornal estimava-os em 1.500 (*New York Times*, outubro 1987). Vemos, assim, de que modo organizações femininas de vizinhança têm não apenas demandado bens e serviços dos governantes, mas se organizado coletivamente para prover aqueles serviços.

Algumas feministas têm criticado estas organizações de ajuda mútua por se prenderem quase que exclusivamente a tarefas tradicionalmente femininas, e continuarem a identificar as mulheres com papéis domésticos. Tais organizações surgem do que Molyneux (1986) definiu como interesses práticos do gênero feminino, em contraste com os interesses estratégicos do gênero, que questionam ou transformam a divisão sexual do trabalho. No entanto, eu diria que a coletivização de

tarefas privadas, tais como a preparação de alimentos e os cuidados dispensados às crianças, está transformando o papel tradicional das mulheres, mesmo se estas transformações não são conscientemente pensadas como desafios à subordinação feminina. Estas atividades têm contribuído para ampliar o reconhecimento do papel vital das mulheres na reprodução social e sua capacidade para a ação coletiva. Em contraste com algumas feministas de classe média, as mulheres da classe trabalhadora nunca renegam seus papéis domésticos, mas usam-nos para dar força e legitimidade a suas demandas ao Estado (Caldeira, 1987: 91). Redirigindo seus interesses domésticos para a esfera pública, elas estão rompendo seu confinamento à esfera privada, e tornando-se atores políticos em busca de seus próprios direitos.

Em nenhuma área isto é mais evidente que nas demandas que as mulheres fizeram em prol do reconhecimento dos direitos humanos. Um dos casos melhor conhecidos na sociedade latino-americana foi protagonizado pelas mães da Praça de Maio, na Argentina, que assumiram um papel decisivo na derrota da ditadura militar naquele país. Feijó e Gogna (1987) analisam o modo como estas mulheres foram capazes de desempenhar seus papéis tradicionais de mães e, ao fazê-lo, protestar politicamente contra o desaparecimento de seus filhos e parentes durante o regime militar. Para manter a legitimidade de suas ações, elas recusaram qualquer identificação com partidos políticos ou feminismos. Nas suas próprias palavras, "nosotros no defendemos ideologias, defendemos la vida" (não defendemos ideologias, defendemos a vida) (idem: 155). A natureza multi-classista deste movimento, combinada com a ausência de base territorial (exceto pelo simbolismo da Praça) transformou a unidade de metas éticas no que havia de mais importante, e tornou as filiações partidárias ainda mais perigosas. Elas não buscavam o poder para si mesmas, mas denunciavam o abuso do poder do Estado, que invadia o santuário do lar e da família. Inspirando-se nas mães argentinas, movimentos similares pelos direitos humanos envolvendo mulheres foram desenvolvidos no Uruguai, Chile, Brasil, Honduras, El Salvador, Guatemala e outros países latino-americanos que vivenciaram regimes militares.

O potencial transformador dos movimentos sociais femininos na América Latina tem sido questionado por aqueles que acham que eles não ultrapassam a situação imediata de crise em que são gerados, tais como a oposição aos governos militares ou a crise econômica. Jelin (1987) sustenta que as mulheres participam mais em movimentos de protestos de curta duração que em movimentos institucionalizados de longa duração. Na Argentina, as Mães da Praça de Maio, que desempenharam papel tão importante na derrota da ditadura militar, perderam apoio popular e se dividiram, em parte porque divergiram em relação à punição aos militares e à política de direitos humanos do governo civil

democraticamente eleito, que eram objetivos menores. Agora quê os governos militares foram derrotados, a defesa do consumidor tem assumido maior importância, particularmente em países como Argentina, que tem experimentado sérias crises econômicas.

Muitos movimentos sociais perderam forças na medida em que, com a transição para governos democráticos em países como Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, o **locus** de poder deslocou-se de novo para os partidos políticos. As eleições reacendem velhas divisões entre partidos políticos rivais e fragmentam os movimentos sociais das mulheres, dos jovens, dos pobres urbanos, e mesmo de grupos de direitos humanos com base social mais ampla. Contudo, certos ganhos foram feitos e até institucionalizados em códigos legais. As mulheres perpetuaram sua vitória legal mais expressiva no Brasil, através da criação do Conselho sobre a Condição da Mulher, em São Paulo, que implementou um programa de planificação familiar e estabeleceu as Delegacias da Mulher, integradas por mulheres para lidar com crimes de abuso sexual e violência doméstica (Alvares, 1989: 55-56). O subsequente Conselho Nacional dos Direitos da Mulher conseguiu estabelecer um capítulo na nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, que facilita divórcios, estende a licença maternidade e elimina a proibição do aborto (sem legalizá-lo). A Argentina também legalizou o divórcio e modificou o direito paterno de modo a ampliar a participação feminina na família e na custódia das crianças (Jequette, 1989: 199-203). Os movimentos de mulheres no Chile aparentemente fragmentaram-se menos que outros setores sociais de oposição à ditadura militar, e tentaram obter maiores compromissos dos partidos oposicionistas com as questões femininas, antes da eleição de dezembro de 1989 (Garreton, 1989:272).

Movimentos sociais femininos também aceleraram a transformação dos papéis de gênero na América Latina e no Caribe. Politizando temas como os direitos humanos ou a provisão de alimentos e serviços públicos, as mulheres latino-americanas estenderam a luta contra o Estado, antes circunscritas aos locais de trabalho, para as esferas do lar e da comunidade. Embora muitas das mulheres que participam desses movimentos sejam donas de casa, elas já não pensam seus problemas em termos exclusivamente individualistas. Elas aprenderam a identificar problemas comuns, da violência sexual à ausência de serviços públicos, e a lidar com eles coletivamente. Isto levou as mulheres à construção de uma nova identidade pública, ao reforço da sua auto-estima e ao reconhecimento de seus direitos como mulheres.

CONCLUSÃO

Claramente, a mudança nos papéis de gênero entre as latino-americanas e caribenhas no período do pós-guerra promoveu uma maior igualdade entre os sexos. As mulheres tornaram-se membros cada vez mais importantes da força de trabalho e contribuintes ativos dos grupos domésticos, organizaram movimentos sociais por direitos humanos e pelo bem-estar social, estão tentando expressar suas demandas através de sindicatos e partidos políticos. Essas demandas não passaram até agora de pálidas ameaças pois se restringiram a questões domésticas, tais como a provisão de serviços públicos ou o crescente custo de vida, sem atacar diretamente os interesses masculinos em estruturas de poder estabelecidas, tais como sindicatos ou partidos políticos. Na medida em que se movam destas questões domésticas em direção aos interesses estratégicos de gênero, que reestruturam a divisão sexual do trabalho, elas encontrarão indubitavelmente maior resistência. Mas é duvidoso que as conquistas já feitas em termos de igualdade de gênero possam ser revertidas, pois as mulheres se politizaram o suficiente para expressar demandas que possam ser encampadas pelo conjunto da sociedade.

A maior resistência à igualdade entre gêneros na América Latina e Caribe parece situar-se mais ao nível do local de trabalho e do Estado que no lar. Tenho argumentado, baseada em minhas próprias pesquisas, que as mulheres têm tido mais êxito em negar a subordinação sexual no lar que no trabalho ou na política. Este artigo documentou a severa desvantagem feminina no mercado de trabalho e o modo como os sindicatos, o Estado e os partidos políticos têm negligenciado os interesses femininos. Isso representa uma inversão interessante da teoria feminista que sustenta que a família "é o lugar central de opressão da mulher" (Barreto, 1980: 211). É verdade que as responsabilidades domésticas limitam suas possibilidades de participação em empregos remunerados e mesmo nos movimentos sociais. Mas as preocupações das mulheres com a família representam também para muitas delas um estímulo para trabalhar fora, lutar por direitos humanos e justiça econômica. Desta forma, a família é uma instituição contraditória para a mulher, servindo tanto como fonte de subordinação quanto de legitimação para sua entrada na esfera pública. As mulheres encontram gratificação e identidade social nos seus papéis domésticos, o que pode explicar porque mulheres da classe trabalhadora rejeitam os ataques feministas à família. Essas trabalhadoras na América Latina e Caribe querem relações mais igualitárias na família, ao tempo em que a conservam como fonte de suporte material e emocional.

A principal ameaça aos avanços da igualdade feminina na América Latina e Caribe situa-se nas forças políticas e econômicas que põem em perigo agora toda a região. A crise econômica ampliou a importância

da contribuição feminina para o grupo doméstico, mas colocou sobre as mulheres encargos ainda mais pesados, para fazer face ao crescente custo de vida, aos cortes nos serviços governamentais e ao alto nível de desemprego. Em muitos países da região, a necessidade de pagar a dívida externa, que consome metade ou mais da receita governamental, enfraquece a capacidade governamental de estimular o crescimento econômico, prestar assistência à pobreza e redistribuir renda. Nestas circunstâncias, não é surpreendente que muitos governos da região tenham sido grandemente irresponsáveis em relação às demandas femininas, causando desilusão e, em alguns casos, recuo.

Entretanto, ainda que as mulheres latino-americanas e caribenhas possam sofrer derrotas, duvido que elas abandonem inteiramente a esfera pública. Seus ganhos em termos de crescimento dos níveis educacionais e ocupacionais, de padrões mais igualitários de autoridade no grupo doméstico e de maior participação política reforçaram-nas como protagonistas cada vez mais importantes da arena pública. Cada uma de nós, que tem o privilégio de trabalhar com estas mulheres, sabe que elas estão apenas começando a realizar o seu pleno potencial.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sônia.

1989 Womens movements and gender politics in the Brazilian transition. In: JAQUETTE, Jane (ed.) *The women's movement in Latin America: feminism and the transition to democracy*. Winchester, Ma., Unwim and Hyman.

ARIZPE, Lourdes.

1975 *Indígenas en la ciudad de México. El caso de las Marias*. México: Sep. Setentas 182.

1981 The comparative advantage of women's disadvantages. *Signs*. [3.1.], v. 7.

1982 Relay migration and the social reproduction of the peasantry. In: SAFA, Helen (ed.) *Toward political economy of urbanization in third world countries*. Oxford: Oxford University. BARRET, Michele.

1980 *Women's oppression today*. London: Verso.

BENERIA, Lourdes, ROLDAN, Martha.

1987 *The crossroads of class and gender*. Chicago: University of Chicago. BLUMBERG, Rae.

1985 *A walk on the "wid" side: summary of field research on*

- women in development in the Dominican Republic and Guatemala. Washington: Agency for International Development. BOYD, Derick.
- 1988 The impact of adjustment policies on vulnerable groups: the case of Jamaica, 1973-1985. In: CORNIA, G., TOLLY, R., STEWART, F. (eds.) *Adjustment with a human face*. New York: Clarendon. v. 7.
- BUNSTER, Ximena, CHANEY, Elsa.
- 1985 *Sellers and servants: working women in Lima, Peru*. New York: Praeger. CALDEIRA, Teresa.
- 1987 Mujeres, cotaneidad y politica. In: JELIN, E. (ed.) *Ciudadania y identidad: las mujeres en los movimientos sociales latinoamericanos*. [s.l.], UNRISD. CHANEY, Elsa, CASTRO, Mary Garcia.
- 1989 *Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University.
- DAVIES, Omar, ANDERSON, Patricia.
- 1987 *The impact of the recession and adjustment policies on poor urban women in Jamaica*. (Paper prepared for UNICEF).
- DUARTE, Isis.
- 1988 *Crisis, familia y participacion laboral de la mujer en la Republica Dominicana*. Florida: University of Florida. (Paper presented at the Center for Latin American Studies Annual Conference).
- ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC)
- 1988a *Latin America and Caribbean women: between change and crisis*. LC/L 464 (CRM 4/2). Santiago do Chile.
- 1988b *Women, work and crisis*. LC/ L. 458 (CRM 4/6). Santiago do Chile.
- 1988c *Women as a social protagonist in the 1980's*. LC/L. 470 (CRM 4/8). Santiago do Chile.
- 1988d *Women in the inter-Island trade in agricultural produce in the eastern Caribbean*, [s.l.]. FEIJOO, Maria del Carmen, GOGNA, Monica.
- 1987 Las mujeres en la transición a la democracia. In: JELIN, E. (ed.). *Ciudadania y identidad: las mujeres en los movimientos sociales latinoamericanos*. [s.l.], UNRISD. GARRETON, Manuel Antonio.
- 1989 Popular mobilization and the military regime in Chile: the

- complexities of the invisible transition. In: ECKSTEIN, Susan (ed.). *Power and popular protest: Latin American social movements*. Berkeley: University of California. GONZALEZ DE LA ROCHA, Mercedes.
- 1988 Economic crisis, domestic reorganization and women's work in Guadalajara, Mexico. *Bulletin of Latin American Research*. [s.l.], V. 7, n.2, p. 207-223.
- HUMPHREY, John.
- 1987 *Gender and work in the third world*. London: Tavistock.
- JAQUETTE, Jane.
- 1989 Women and the democratic politics. In: _____ (ed.) *The women's movement in Latin America: feminism and the transition to democracy*. Winchester, Ma., Unwim and Hyman.
- JELIN, Elizabeth.
- 1987 Introduction. In: _____ (ed.) *Ciudadania y identidad: las mujeres en los movimientos sociales latinoamericanos*. [s.l.], UNRISD.
- JOEKES, Susan.
- 1987 *Employment in industrial free zones in the Dominican Republic: a report with recommendations for improved worker services*. Washington, D.C., International Center for Research on Women (Prepared for U.S. Aid/Dominican Republic).
- MOLYNEUX, Maxime..
- 1986 Mobilization without emancipation? Women's interests, state and revolution. In: FAGEN, R., DEERE, C.D., CORRAGIO, J.L. (eds.) *Transition and development problems of third world socialism*. New York: Monthly Review.
- MUSGROVE, Philip.
- 1987 The economic crisis and its impact on health and health care in Latin America and the Caribbean. *International journal of Health Services*, [s.l.], v. 17, n. 3, p. 411-441.
- PORTES, Alejandro.
- 1983 The informal sector: definition, controversy and relation to national development. *Review*, [s.l.], v.7, n.1, p. 151-174. RAMIREZ, Nelson, DUARTE, Isis, GOMEZ, Carmen.
- 1986 *Población y salud en Republica Dominicana*. Sto. Domingo, Instituto de Estudios de Población y Desarrollo. RICOURT, Milagrds.
- 1986 *Free trade zones development and female labor in the Dominican Republic* M.A. [s.l.], Center for Latin American Studies (Thesis) ROLDAN, Martha.
- 1985 Industrial class families and gender subordination. In: BEYOND employment: household, gender and subsistence. New

- York: Basil Blackwell Inc.
- SAFA, Helen I.
- 1981 Runaway shops and female employment: the search for cheap labor. *Signs*, [s.l.], v. 7, p. 418-433.
- 1985 Female employment and the social reproduction of the Puerto Rican working class. In: NASH, J., SAFA H. (eds.) *Women and change in Latin America*. South Hadley, Ma., Bergin and Garvey.
- 1987 Urbanization, the informal economy and state policy in Latin America. In: SMITH, M.P., FEAGIN, J. (eds.) *The capitalist city: global restructuring and community politics*, [s.l.], Basil Blackwell, p. 252-272.
- 1989 Women and industrialization in the Caribbean. In: STICHTER, S., PARPART, J. (eds.) *Women, employment and the family in the international division of labor*. London: Macmillan. SOUZA LOBO, Elizabeth.
- s.d. Brazilian social movements, feminism and women workers struggle in the Sao Paulo trade unions. In: SUTTON, Constance (ed.) *Strength of diversity: anthropological perspectives on women's collective* (prelo). STOLCKE, Verena.
- 1984 The exploitation of family morality: labor systems and family structure on Sao Paulo coffee plantations, 1850-1979. In: KINSHIP, ideology and practice in Latin America. Chapel Hill: University of North Carolina.
- 1988 *Coffee planters, workers and wives: class conflict and gender relations on Sao Paulo plantations, 1850-1980*. New York: St. Martin's.
- UNICEF.
- 1987 *Adjustment with a human face*. New York: Clarendon.

Texto traduzido por Marcos Luciano Lopes Messeder e Marcos Tromboni e revisado por Antonio Sergio Alfredo Guimarães.